

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KÍVIA KARLA DE FIGUEIREDO MARINHO

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE UMA DÉCADA (2014-2024)

CAMPINA GRANDE - PB
2025

KÍVIA KARLA DE FIGUEIREDO MARINHO

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE UMA DÉCADA (2014-2024)

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação.

Linha de pesquisa: Linha 1 - História, Política e Gestão Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima

CAMPINA GRANDE - PB
2025

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

M338e Marinho, Kívia Karla de Figueiredo.
Educação bilíngue de surdos no Brasil: revisão bibliográfica de uma década (2014-2024) / Kívia Karla de Figueiredo Marinho. – 2026.
61 f. : il. color.

Monografia (especialização em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.
"Orientação: Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima".
Referências.

1. Bilinguismo. 2. Educação Bilíngue de Surdos. 3. Educação de Surdos – Revisão Bibliográfica. I. Lima, Niédja Maria Ferreira de. II. Título.

UFCG/BC CDU 81'246.2:376(04)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

KÍVIA KARLA DE FIGUEIREDO MARINHO

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE UMA DÉCADA (2014-2024)

Aprovado em 18 de Dezembro de 2025.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
NIEDJA MARIA FERREIRA DE LIMA
Data: 29/12/2025 18:18:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima - UFCG/PPGED
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
KATIA PATRICIO BENEVIDES CAMPOS
Data: 30/12/2025 08:19:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Kátia Patrício Benevides Campos- UFCG/PPGED
Banca Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br
GIRLAINE FELISBERTO DE CALDAS AGUIAR
Data: 29/12/2025 20:16:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Girlaine Felisberto Caldas Aguiar - UAL - Letras Libras
Banca Interna

Dedico este trabalho a Deus, que ilumina meus caminhos; ao meu esposo, pela força e rede de apoio; e aos meus filhos, cuja existência dá sentido a cada conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que sou e por tudo que faço. A Ele, que me deu o dom precioso de ser bilíngue na língua mais linda que existe, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e que me sustentou e motivou silenciosamente em cada madrugada cansada, em cada página escrita, em cada passo desta caminhada profissional.

Ao meu esposo, Saulo Dantas Marinho, que foi a minha rede de apoio em todos os sentidos enquanto eu estudava. Obrigada por carregar comigo os pesos invisíveis, por entender meus silêncios, por dividir o cansaço e por comemorar cada pequena vitória como se fosse sua. Sem você, eu não teria chegado até aqui.

Aos meus filhos, Leonan Victor e Lavínia Ísis, que tantas vezes me esperaram chegar tarde da noite quando eu voltava da especialização, ou que tantas outras foram comigo para as aulas, dormindo no meu colo ou me olhando com aquele brilho que me lembrava todos os dias o porquê de eu não desistir. Vocês são minha razão, minha coragem e meu futuro.

À Comunidade Surda, que me acolheu com uma generosidade que não cabe em palavras. Com vocês, aprendi todos os dias o verdadeiro sentido de identidade, cultura e pertencimento. Obrigada por me ensinarem que Libras não é apenas uma língua, é um mundo inteiro de resistência, beleza e humanidade.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**,** que foi a escada da minha vida acadêmica e profissional. Aqui vivi uma história inteira: a graduação em Letras-Libras (2017-2022), o mestrado no PPGLE (2023-2025), defendido no dia 14/11/2025, esta especialização, e agora a aprovação para o doutorado no PPGLE a partir de 2026. A UFCG não é apenas uma universidade; é um lar que me viu nascer e crescer, me moldando como pesquisadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)**,** por abrir esta oportunidade que transformou minha trajetória e ampliou minhas lentes sobre a educação e o bilinguismo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima, uma referência nos estudos em educação de Surdos, cuja sabedoria, generosidade e delicadeza no orientar me formaram mais do que qualquer bibliografia poderia. Aprendi com ela não apenas a fazer pesquisa, mas a pensar com profundidade, sensibilidade e compromisso ético.

À banca avaliadora, que aceitou avaliar esta pesquisa mesmo em tão curto prazo, contribuindo com olhares atentos, cuidadosos e fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

Aos professores do programa, que compartilharam conhecimentos com maestria, paciência e uma didática que toca e transforma. Em especial, ao Professor Dr. Carlos Augusto Medeiros, que também tive o privilégio de ter como docente na graduação; à Professora Dra. Luciana Leandro da Silva, que divide outros espaços comigo e que nunca mudou seu jeito carinhoso, gentil e acolhedor; e ao querido Professor Dr. José Luiz Ferreira “Zé Luiz”**,** que abriu não apenas as portas de seu conhecimento, mas as da sua chácara e do seu coração, oferecendo acolhimento, afeto e humanidade nos momentos mais importantes.

Aos meus colegas de turma, que tive a alegria de conhecer e que se tornaram parte desta história. Em especial, àquele abraço caloroso, inesperado e absolutamente necessário que recebi no momento em que mais precisei, um gesto que jamais esquecerei.

E, por fim, aos secretários da empresa terceirizada Suprema, sempre solícitos, atentos e presentes, que estavam lá para tirar nossas dúvidas, abrir as salas e garantir que não ficássemos ao relento quando chegávamos mais cedo, muitas vezes vindos de cidades vizinhas ou depois de um dia inteiro de trabalho. A dedicação de vocês fez toda diferença em minha jornada.

A todos vocês, o meu muito obrigada.

Para o Surdo, a Língua de Sinais não é apenas um meio de comunicação; é à base de sua identidade, de sua cultura e de seu modo de existir no mundo. Strobel (2008)

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da educação bilíngue voltada à comunidade Surda, contextualizando-o a partir das transformações legais, pedagógicas e socioculturais que marcaram o cenário educacional brasileiro na última década. Partindo desse panorama, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: qual é o panorama da produção acadêmica brasileira sobre educação bilíngue, e quais aspectos dessa temática têm sido abordados pelas pesquisas publicadas no período de 2014 a 2024? Com base nessa problemática, definiu-se como objetivo geral analisar o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a educação bilíngue de Surdos no período de 2014 a 2024, buscando compreender tendências, enfoques teóricos e contribuições desenvolvidas nesse intervalo, sendo desdobrado em objetivos específicos, tais como: (a) mapear e identificar os principais *lócus* epistêmicos que têm discutido a temática da educação bilíngue de Surdos no Brasil; (b) sistematizar e categorizar a produção acadêmica publicada entre 2014 e 2024, considerando seus aportes teóricos, metodológicos e temáticos; e (c) relacionar os achados obtidos com os dispositivos legais, políticas linguísticas e movimentos de luta da comunidade Surda brasileira, a fim de evidenciar convergências, lacunas e tensões presentes nesse campo. O embasamento teórico fundamenta-se em autores que discutem a educação de Surdos, o bilinguismo e a Libras, contemplando contribuições de Campello e Reende (2014), que discutem práticas bilíngues na educação de Surdos; em Doziart (2012), ao abordar políticas e práticas linguísticas voltadas ao bilinguismo; Lodi (2014) que contribui com fundamentos teórico-metodológicos do modelo bilíngue; Perlin (in: Skliar, 2004) aprofunda a compreensão da identidade Surda como elemento central das práticas educativas; Quadros (2004) complementa esse conjunto ao tratar da educação de surdos e da aquisição da linguagem no contexto bilíngue; entre outros, além de referências legais e documentos oficiais que orientam as políticas educacionais brasileiras. Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a metodologia de Severino (2007) com abordagem qualitativa e do tipo revisão bibliográfica de produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2024. O corpus da pesquisa foi constituído por três descritores “bilinguismo, educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos” onde encontramos 327 trabalhos, analisados segundo analise interpretativo de Severino (2007). Os resultados evidenciam que o levantamento dos quatro *lócus* investigados

(Revista Educação Especial da UFSM, GT 15 - Educação Especial - ANPEd, PPGE-UFPB e PPGED-UFCG), totalizando 327 publicações, demonstrou que apenas uma fração reduzida aborda, de fato, o bilinguismo como processo educacional, e não apenas como tema periférico, vinculado à inclusão, cultura surda ou barreiras comunicacionais apontando tendências, avanços, desafios e lacunas nas discussões sobre a educação bilíngue de surdos no Brasil no período analisado. Por fim, a pesquisa aponta que o panorama revela um campo em construção, em que o discurso acadêmico avança mais rapidamente do que a prática escolar, ainda marcada pela falta de professores bilíngues, escassez de escolas bilíngues, ausência de materiais didáticos adequados e políticas públicas instáveis, bem como a necessidade de ressaltar a relevância do bilinguismo enquanto política linguística e pedagógica para o fortalecimento de práticas inclusivas e culturalmente significativas.

Palavras - chave: Bilinguismo. Educação Bilíngue de Surdos. Educação de Surdos. Revisão Bibliográfica.

Para a versão deste resumo sinalizado em Língua Brasileira de Sinais (Libras), abra a câmera do seu celular para ler o QR-Code acima.

Ficha técnica:
Sinalização/interpretação: Kívia Marinho
Gravação e edição: LabLibras UFCG
Criação do QR-Code: LabLibras UFCG

ABSTRACT

This study addresses the theme of bilingual education for the Deaf community, contextualizing it within the legal, pedagogical, and sociocultural transformations that have shaped the Brazilian educational landscape over the last decade. Based on this panorama, the research seeks to answer the following guiding question: What is the current landscape of Brazilian academic production on bilingual education, and which aspects of this theme have been addressed in studies published between 2014 and 2024? Grounded in this problem, the general objective of the study is to analyze the panorama of Brazilian academic production on bilingual education for Deaf individuals from 2014 to 2024, aiming to understand trends, theoretical approaches, and contributions developed during this period. This objective unfolds into specific goals, such as: (a) mapping and identifying the main epistemic loci that discuss bilingual education for Deaf people in Brazil; (b) systematizing and categorizing academic production published between 2014 and 2024, considering its theoretical, methodological, and thematic contributions; and (c) relating the findings to legal frameworks, language policies, and the political movements of the Brazilian Deaf community, in order to highlight convergences, gaps, and tensions within this field. The theoretical framework draws on authors who discuss Deaf education, bilingualism, and Libras, including contributions from Campello and Reende (2014), who examine bilingual practices in Deaf education; Doziart (2012), who addresses linguistic policies and practices focused on bilingualism; Lodi (2014), who provides theoretical-methodological foundations for the bilingual model; Perlin (in Skliar, 2004), who deepens the understanding of Deaf identity as a central element of educational practices; and Quadros (2004), who discusses Deaf education and language acquisition in the bilingual context, among others. The study also incorporates legal references and official documents that guide Brazilian educational policies. To achieve the proposed objectives, the methodology adopted follows Severino (2007), with a qualitative approach and a bibliographic review of academic works published between 2014 and 2024. The research corpus was constructed using three descriptors “bilingualism,” “bilingual education for the Deaf,” and “Deaf education”, resulting in a total of 327 works, analyzed through Severino’s (2007) interpretative analysis. The results show that the survey conducted across the four selected loci (UFSM’s Revista Educação Especial, ANPEd’s GT15 - Special Education, PPGE-UFPB, and PPGED-UFCG), totaling 327 publications, demonstrated that only a small fraction effectively addresses bilingualism as an educational process, rather than

as a peripheral theme linked to inclusion, Deaf culture, or communication barriers. This finding highlights trends, advances, challenges, and gaps in discussions surrounding bilingual education for Deaf individuals in Brazil during the analyzed period. Finally, the study concludes that the overall panorama reveals a field still in development, in which academic discourse advances more rapidly than school practice still marked by the shortage of bilingual teachers, the limited number of bilingual schools, the lack of adequate teaching materials, and unstable public policies. It also reinforces the relevance of bilingualism as a linguistic and pedagogical policy essential to strengthening inclusive and culturally meaningful educational practices.

Keywords: Bilingualism. Bilingual Education for the Deaf. Deaf Education. Literature Review.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASL - Língua de Sinais Americana
CC - Closed Caption
CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1 - Libras como primeira língua
L2 - Libras como segunda língua
LBI - Lei Brasileira de Inclusão
Libras - Língua Brasileira de Sinais
LP - Língua Portuguesa
LSF - Língua de Sinais Francesa
MEC - Ministério da Educação
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE - Plano Nacional de Educação
PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPGLE - Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
UAED - Unidade Acadêmica de Educação
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA 23

3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL 27

3.1 Educação de Surdos na Perspectiva Bilíngue: breve histórico e movimentos de luta 27

3.2 A Educação Bilíngue de Surdos como Direito Linguístico e Educacional 30

3.3 Implementação da Educação Bilíngue de Surdos 36

4. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: O QUE TEMOS SOBRE? MAPEANDO A PRODUÇÃO NO BRASIL (2014-2024) 39

4.1 - Apresentação dos Dados 39

4.2 - Metodologia de análise 41

4.3 Análise e Interpretação dos Resultados 45

4.3.1 - Categoria 1: Fundamentos Teóricos do Bilinguismo 45

4.3.2 - Categoria 2: Práticas Bilíngues para Surdos 47

4.3.3 - Categoria 3: Políticas Públicas para a Educação Bilíngue 48

4.4 - Discussão e Conclusões da Análise 48

REFERÊNCIAS 57

1. INTRODUÇÃO

A presente introdução tem como finalidade contextualizar o leitor acerca da trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora no âmbito da educação de Surdos, articulando os percursos linguísticos, pedagógicos e investigativos que estruturam meu envolvimento com essa área. Ao longo de minha formação, o encontro com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e com os estudos voltados às práticas bilíngues, à inclusão e à constituição identitária da pessoa Surda configurou-se não apenas como um marco pessoal, mas também como um eixo norteador de minhas escolhas teóricas e metodológicas.

Este capítulo inicial apresenta, portanto, os elementos que fundamentam a construção do olhar que sustenta esta pesquisa, evidenciando tanto o percurso formativo quanto as razões que motivam a delimitação do objeto de estudo aqui proposto. Para tal, as subseções seguintes organizam essa apresentação: no subcapítulo *1.1 - Como tudo começou: Conhecendo a pesquisadora*, descrevo os processos históricos, acadêmicos e profissionais que me aproximaram do campo da surdez e estabelecem o ponto de partida desta investigação; em seguida, no subcapítulo *1.2 - A escolha pelo objeto de estudo*, discuto de maneira objetiva e analítica as inquietações, lacunas e necessidades observadas no contexto educacional que conduziram à definição do problema de pesquisa.

1.1 Como tudo começou: Conhecendo a pesquisadora

Kívia Karla de Figueiredo Marinho, Graduada em Letras Libras, Mestre em Linguagem e Ensino, doutoranda, a partir de 2026, e prestes a me tornar Especialista em Educação. Isso são “apenas” títulos que utilizo para uma avaliação curricular pessoal, como o Lattes. Mas, de fato, sou apenas uma menina sonhadora e que busco cada vez mais o conhecimento e a difusão da língua mais linda que conheci. E foi assim que surgiu o interesse de investigar essa temática, que emerge minha trajetória acadêmica e profissional profundamente vinculada às questões da inclusão, da acessibilidade e do direito linguístico das pessoas Surdas.

Meu ingresso no universo da comunidade Surda, na educação de Surdos e no ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ocorreu em 2017, com a aprovação

no vestibular especial[1] da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para o curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras, concluído no início do ano de 2022. Inicialmente, não imaginava a amplitude de oportunidades que essa formação me proporcionaria.

No mesmo ano de conclusão da graduação, a inserção como docente substituta da disciplina de Libras na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI, marcou um ponto crucial na minha trajetória acadêmica e profissional, ampliando o interesse pela pesquisa sobre o ensino dessa língua e a formação de professores voltada para educação de Surdos.

A atuação na UEPB, nos cursos de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Matemática, possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos durante minha graduação, além de uma imersão profunda na realidade da formação inicial docente. Nesse contexto, foi possível observar as necessidades formativas, principalmente na adaptação de materiais didáticos com objetivo de torná-los acessíveis em Libras promovendo, assim, uma abordagem bilíngue mais efetiva, em consonância com seus princípios, como mencionado anteriormente.

A partir destas considerações iniciais e a minha trajetória profissional na área, veio o desejo de aprofundar meus conhecimentos teóricos e práticos de ensino da Libras como primeira língua (L1). Assim, iniciei, em 2023, a Pós-graduação (mestrado) na UFCG, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), na Linha 3 - Ensino de Língua e Formação Docente. Essa experiência ampliou significativamente meus horizontes, apresentando-me a novas perspectivas acadêmicas e reforçando o compromisso com ensino de língua e formação crítica.

Com o avanço do mestrado e, movida pelo interesse em compreender de forma mais ampla as dimensões históricas, políticas e institucionais que atravessam os processos educacionais, principalmente dos sujeitos Surdos, optei, em 2024, por iniciar uma Especialização em Educação, também ofertada pela UFCG, na Linha 1 -

[1] O vestibular para o curso de Letras-Libras é denominado "especial" em razão da sua modalidade específica de ingresso, que se dá por meio de uma avaliação própria, elaborada e aplicada pela Comissão de Processos Vestibulares (Comprov) da instituição. Diferentemente de outros cursos que utilizam como base o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) como critério de seleção, o ingresso no curso de Letras-Libras ocorre por meio de um processo seletivo independente, adaptado às particularidades da formação proposta. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Pró-Reitoria de Ensino. Ingresso. UFCG. Disponível em: <https://portal.pre.ufcg.edu.br/ingresso>. Acesso em: 26 jul. 2025.

História, Política e Gestão Educacional no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd). Essa escolha causou certo estranhamento em algumas pessoas que, frequentemente, me questionavam: “Por que fazer uma especialização se já estás no mestrado?”

Ressalto que a escolha pelo referido curso de pós foi motivada, inicialmente, pela minha formação acadêmica, que é apenas na área de Letras. Considerando que grande parte dos processos seletivos e concursos públicos exige formação complementar na área educacional, optei por aprofundar meus conhecimentos nesse campo, buscando uma qualificação que dialogasse diretamente com as demandas do mercado de trabalho e com minha atuação profissional.

Além disso, a escolha da instituição também teve um peso significativo em minha decisão. Como realizei minha graduação na UFCG e, agora fazendo o mestrado, tive experiências acadêmicas enriquecedoras ao longo desse percurso. Durante a graduação, cursei disciplinas ministradas por docentes da Unidade Acadêmica de Educação (UAED), tais como Psicologia da Infância e da Adolescência, Educação Inclusiva, Educação e Diversidade, Educação Especial, Política Educacional e Psicologia Educacional. Essa vivência me permitiu conhecer, ainda que parcialmente, a excelência do corpo docente e a qualidade do ensino ofertado pela UAED o que fortaleceu minha convicção de permanecer na mesma instituição para formação continuada.

Assim, a escolha pelo curso de Especialização em Educação na UFCG representa não apenas um passo estratégico para minha trajetória profissional, mas também uma continuidade de um processo formativo pautado pela qualidade acadêmica e pelo compromisso com a educação pública ofertada por essa instituição. A vivência no contexto educacional superior, aliada à formação continuada, favoreceu o surgimento de inquietações sobre a efetividade das políticas públicas voltadas à educação bilíngue de Surdos.

A partir dessa vivência, emergiram reflexões importantes sobre minha formação e atuação como docente da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura, tanto na UEPB quanto em outras instituições que possivelmente irei lecionar. Ao longo dessa trajetória, foi possível acompanhar um movimento significativo de políticas públicas, debates, normatizações e práticas pedagógicas voltadas à consolidação do bilinguismo como modelo educacional para Surdos, permeado por

avanços legais e políticos, mobilizações das Comunidades Surdas do país, mas também por desafios educacionais em sua implementação.

Encerrar este breve percurso pela minha trajetória acadêmica é reconhecer que cada etapa vivida, da graduação que despertou meu olhar investigativo ao mestrado que ampliou minha compreensão crítica sobre o ensino de Libras, constituiu os alicerces que sustentam a pesquisa que agora apresento. Esta história não se encerra aqui; pelo contrário, é dela que nasce a inquietação central que orienta este estudo e muitos outros que estão por vir. Assim, ao avançar para a Introdução, convido você leitor a caminhar comigo rumo aos fundamentos teóricos, às motivações e às necessidades que deram origem a esta investigação, permitindo compreender não apenas o objeto de pesquisa, mas a própria essência que o impulsiona.

1.2 A escolha pelo objeto de estudo

O presente trabalho de monografia aborda a educação bilíngue de Surdos no Brasil como direito linguístico e educacional, com foco no mapeamento das produções bibliográficas sobre a temática, no recorte temporal de uma década (2014–2024). A pesquisa vincula-se à Pós-Graduação (Lato Sensu): Especialização Educação, História, Política e Gestão Educacionais na Linha de pesquisa 1: História, Política e Gestão Educacionais, da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Essa temática no Brasil tem se consolidado, sobretudo na última década, como um campo de investigação que articula debates linguísticos, pedagógicos, políticos e culturais. Inserida em um cenário marcado por disputas epistemológicas, avanços legais e movimentos sociopolíticos da comunidade surda, essa temática tem ganhado espaço significativo na produção acadêmica nacional, especialmente a partir das reformulações das políticas linguísticas e educacionais que reafirmam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua dos Surdos e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, como segunda.

Portanto, este estudo se respalda na concepção sociocultural de Surdo e surdez, que traduz um modelo social de atendimento à diversidade, tem uma visão de minoria sociolinguística e cultural de surdez e como referência sobre o

Bilinguismo para Surdos autores renomados, a exemplo de Moura (2000); Dorziat, (1999); Skliar, (1999; 2009); Slomski (2010); Rezende-Curione, (2022); entre outros.

O bilinguismo para Surdos é definido como uma filosofia de ensino, por meio de duas línguas: Língua de Sinais, como primeira língua (L1) e Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (L2); “concebe o surdo como um ser diferente e a surdez como atributo humano como uma característica da pessoa surda” (Slomski, 2010,p.41).

Skliar (1999; 2009) aponta que a educação bilíngue envolve questões muito mais profundas do que a aprendizagem de duas línguas, sendo necessário considerar, politicamente, as relações de poder imanentes. Segundo esse autor, a educação bilíngue de Surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas na história educacional dos Surdos e como um reconhecimento político da surdez como diferença.

Desde meados da década de 1990, quando a filosofia educacional bilíngue é difundida no Brasil, à atualidade, muitos foram e têm sido os desafios para assegurar o direito linguístico à Libras às pessoas Surdas e sua educação. Assim, a questão educacional, numa perspectiva bilíngue, constitui pauta de debates e reivindicações nas lutas das comunidades surdas pelo respeito ao assegurado na legislação nacional.

Entre os marcos legais, destacam-se a Lei Federal nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua da comunidade Surda; o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei e estabelece o direito das crianças surdas a uma educação bilíngue, na qual a Língua de Sinais é a primeira língua e a Língua Portuguesa, a segunda; a criação do Curso de Letras/Libras (2006); e, a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, pela Lei n° 12.319/2010); o Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), com suas metas e estratégias direcionadas à inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015 , que garante direitos e acessibilidade, as Diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a educação bilíngue de Surdos (Brasil, 2015) e as orientações estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008.

Esses documentos, aliados às mobilizações sociais e às transformações ocorridas ao longo do período analisado, revelam um cenário em que a legislação, as políticas educacionais implementadas, as práticas pedagógicas e o discurso

acadêmico nem sempre caminham de maneira articulada. Tal descompasso evidencia a necessidade de uma análise crítica, consistente e teoricamente fundamentada sobre a temática.

Nesse contexto, enquanto professora de Libras, emergiram inquietações que se intensificaram ao longo da minha trajetória como: quais concepções, abordagens de educação bilíngue de Surdos e referenciais teóricos têm orientado a produção acadêmica brasileira? Em que medida essas produções dialogam com as reivindicações e com os direitos linguísticos, educacionais e culturais das pessoas surdas? Quais perspectivas de educação bilíngue são apresentadas nos documentos oficiais e nos cursos de formação docente, como Letras-Libras, Pedagogia Bilíngue e Pedagogia? Como a educação bilíngue é compreendida e reivindicada nas lutas e mobilizações da comunidade surda?

Diante dessas questões, tornou-se imprescindível realizar um estudo aprofundado que permitisse compreender criticamente como a educação bilíngue de Surdos tem sido construída, representada e debatida na produção acadêmica brasileira. Assim, no contexto desse movimento histórico e político, compreender o que se produziu academicamente sobre educação bilíngue de Surdos entre 2014 e 2024 torna-se fundamental para identificar tendências, lacunas e contribuições que emergem desse debate e que repercutem diretamente na formação docente, nas práticas pedagógicas e na garantia dos direitos linguísticos da população Surda.

É nesse panorama que se inscreve a presente investigação, guiada pela seguinte questão-problema: *qual é o panorama da produção acadêmica brasileira sobre educação bilíngue, e quais aspectos dessa temática têm sido abordados pelas pesquisas publicadas no período de 2014 a 2024?* Com base na questão-problema apresentada, esta pesquisa delimita como objetivo geral analisar o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a educação bilíngue de Surdos no período de 2014 a 2024, buscando compreender tendências, enfoques teóricos e contribuições desenvolvidas nesse intervalo.

Para alcançar tal propósito, delimitamos três objetivos específicos interdependentes: (a) mapear e identificar os principais *lócus* epistêmicos que têm discutido a temática da educação bilíngue de Surdos no Brasil; (b) sistematizar e categorizar a produção acadêmica publicada entre 2014 e 2024, considerando seus aportes teóricos, metodológicos e temáticos; e (c) relacionar os achados obtidos com os dispositivos legais, políticas linguísticas e movimentos de luta da comunidade

Surda brasileira, a fim de evidenciar convergências, lacunas e tensões presentes nesse campo. Dessa forma, os objetivos estruturam um percurso investigativo coerente com a natureza interpretativa da pesquisa e possibilitam compreender, de modo amplo e crítico, como a educação bilíngue de Surdos tem sido construída no cenário acadêmico nacional.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo fato de que a educação bilíngue de Surdos constitui um eixo central na efetivação do direito à educação e na consolidação de políticas públicas verdadeiramente comprometidas com as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Trata-se de uma temática contemporânea, marcada por disputas teóricas, tensionamentos políticos e demandas históricas que desafiam o sistema educacional brasileiro.

Diante de um cenário em que legislação, práticas pedagógicas e produções acadêmicas nem sempre convergem de forma coesa, compreender como o tema tem sido abordado ao longo da última década torna-se fundamental para subsidiar debates qualificados, orientar práticas formativas e fortalecer a construção de políticas linguísticas inclusivas. Assim, este estudo oferece uma contribuição relevante ao campo, ao possibilitar um panorama crítico e atualizado sobre a educação bilíngue no Brasil, fortalecendo o compromisso com uma educação que respeite e valorize a diferença.

A justificativa para esta pesquisa encontra respalda na necessidade de conhecer, no intervalo de dez anos, a educação bilíngue de Surdos tem sido concebida, delineada, interpretada no contexto brasileiro. O foco da investigação recai sobre debates sobre o que é essa educação bilíngue de Surdos no Brasil, fundamentos e desafios para implementação desse modelo educacional, os marcos legais e as políticas públicas.

Assim, este estudo propõe-se a contribuir para o entendimento das relações entre produção acadêmica e políticas públicas voltadas à comunidade Surda, propiciando subsídios para pesquisadores, docentes, discentes e gestores educacionais despertando a necessidade de aprofundar a compreensão sobre esse tema, a partir da revisão de literatura, tornando-se imprescindível revisitar os fundamentos históricos e legais que sustentam a luta pelos direitos linguísticos da comunidade surda no Brasil, avanços e entraves relacionados à consolidação de uma proposta educacional que respeite a singularidade linguística e cultural dos sujeitos Surdos.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica sistematizada, na qual o corpus é composto por produções acadêmicas publicadas ao longo de uma década. A análise dos materiais selecionados se orienta pelo método de análise analítica interpretativa, conforme delineado por Severino (2007), que possibilita compreender os textos não apenas em sua superfície descritiva, mas em sua profundidade conceitual, interpretativa e crítica. Assim, os estudos são examinados buscando identificar sentidos, movimentos discursivos, perspectivas teóricas e implicações educacionais, aspectos essenciais para uma leitura articulada da produção científica sobre educação bilíngue.

Para orientar o leitor ao longo da presente monografia, este capítulo introdutório é seguido, também, pelo capítulo 2 - Percurso Metodológico, no qual descrevemos detalhadamente os caminhos adotados para seleção, organização e análise do corpus. Em seguida, desenvolvemos o capítulo 3 - Educação Bilíngue de Surdos no Brasil, dividido em três subtópicos: *3.1 Educação de Surdos na Perspectiva Bilíngue: breve histórico e movimentos de luta*; *3.2 A Educação Bilíngue de Surdos como Direito Linguístico e Educacional*; e *3.3 Implementação da Educação Bilíngue de Surdos*, que contextualizam os fundamentos políticos, legais e históricos que embasam essa modalidade educacional.

Posteriormente, apresentamos o capítulo 4 – Educação Bilíngue de Surdos: o que temos sobre? Mapeando a Produção no Brasil (2014 – 2024)**,** correspondente à análise dos resultados. Esse capítulo se organiza em três categorias analíticas decorrentes do corpus: *Categoria 1 - Fundamentos teóricos do bilinguismo*; *Categoria 2 - Práticas bilíngues para Surdos*; e *Categoria 3 - Políticas públicas de educação bilíngue*, nas quais discutimos e articulamos os achados principais com os marcos legais e com a literatura especializada.

Por fim, encerramos com as Considerações Finais, nas quais retomamos a pergunta de pesquisa, avaliamos o alcance dos objetivos, sinalizamos contribuições e apontamos caminhos para investigações futuras, seguidas das Referências que sustentam toda a construção teórico-metodológica da investigação.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

A presente investigação insere-se no âmbito da abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentada na análise de artigos, dissertações e teses disponibilizadas em repositórios acadêmicos. O recorte temporal compreende o período de 2014 a 2024, definido tanto pela vigência das metas do Plano Nacional de Educação, que anunciavam ações voltadas à inclusão educacional, quanto pelas transformações legais e políticas que marcaram essa década, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.191/2021, que instituiu a educação bilíngue de Surdos como modalidade educacional no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica voltada à análise da produção acadêmica referente à educação bilíngue de Surdos, com o objetivo de identificar tendências, enfoques teóricos, lacunas e convergências presentes no intervalo estudado. A escolha dessa metodologia fundamenta-se na necessidade de reunir, sistematizar e interpretar o conhecimento já produzido, de modo a compreender o panorama contemporâneo que orienta o campo.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica possibilita analisar criticamente o que já se registrou acerca do tema, permitindo ao pesquisador interpretar, compreender ou explicar problemas com base em contribuições teóricas consolidadas. Segundo Gil (2019, p. 50), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo adequada quando o objetivo é “analisar, compreender ou explicar um problema a partir de contribuições teóricas já existentes”.

A análise será conduzida à luz da Análise Interpretativa proposta por Severino, que ultrapassa a simples descrição e propõe a interpretação dos achados considerando o contexto histórico, político e teórico no qual se inserem. Essa abordagem reconhece que o fenômeno investigado não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser analisado a partir de sua complexidade e de suas múltiplas determinações, como afirma Severino (207).

> A análise interpretativa consiste em explicar o conteúdo das fontes documentais a partir de um referencial teórico adotado, buscando compreender e atribuir significado às informações coletadas, indo além da simples descrição, para estabelecer relações, inferências e interpretações consistentes com o objeto de estudo (Severino, 2007, p. 59).

Quanto à natureza da pesquisa, já supracitada, classifica-se como revisão bibliográfica, entendida como o estudo realizado a partir de registros disponíveis em documentos impressos ou digitais, como livros, artigos, teses e dissertações. Esse tipo de investigação permite reunir dados e categorias teóricas já discutidos por outros autores, promovendo uma síntese crítica do conhecimento acumulado sobre o tema.

Adota-se a abordagem qualitativa pela sua pertinência ao objetivo da pesquisa, que exige aprofundamento interpretativo sobre fenômenos educacionais complexos. A pesquisa qualitativa possibilita a análise de significados, sentidos e nuances que não são apreendidos por métodos estatísticos, permitindo compreender a educação bilíngue de Surdos em sua densidade sociocultural.

O objeto de estudo desta investigação é o bilinguismo para Surdos, compreendido como política linguística, princípio pedagógico e elemento constitutivo da identidade surda. O recorte temporal de 2014 a 2024 foi escolhido por abranger tanto o período anterior quanto o posterior à consolidação da educação bilíngue na legislação brasileira, possibilitando observar mudanças e permanências na produção científica.

A coleta de dados será realizada em bases reconhecidas pela relevância científica e pela abrangência de pesquisas sobre educação de Surdos, dentre as quais se destacam o Banco de Teses e Dissertações da UFCG e UFPB; a Revista Educação Especial da UFSM; a Revista Espaço do INES; e os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 15 da ANPEd. Esses repositórios concentram publicações significativas sobre bilinguismo, práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas à comunidade surda.

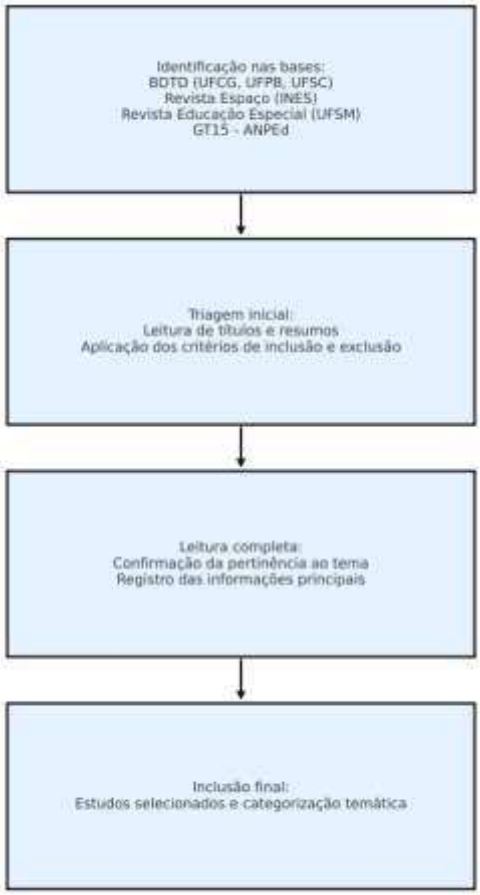
A estratégia de busca utilizará descritores previamente definidos, a saber: “bilinguismo”, “educação bilíngue de Surdos” e “educação de Surdos”. A combinação desses descritores com operadores booleanos[2] (AND, OR) permitirá refinar a busca e ampliar a precisão dos resultados obtidos.

[2] Operadores booleanos (ou lógicos) são palavras ou símbolos que conectam termos de pesquisa (palavras-chave) para criar uma consulta que um banco de dados ou mecanismo de busca pode entender. Eles permitem combinar, incluir ou excluir termos, resultando em pesquisas mais precisas e eficientes. É como se você dissesse para a base: “me mostre só os artigos que tenham isso E isso”, ou “quero ver os que tenham isso OU aquilo, mas NÃO aquilo outro”. Fonte: MACHADO, A. Como usar operadores booleanos para encontrar artigos científicos certos na revisão de literatura. Acadêmica. Disponível em: <https://www.academica.com.br/post/operadores-booleanos>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Os critérios de inclusão contemplarão produções entre 2014 e 2024 que tratem diretamente do objeto de estudo, apresentem rigor acadêmico, estejam disponíveis integralmente e sejam acessíveis para análise. Os critérios de exclusão considerarão materiais que não dialoguem com o tema, não apresentem fundamentos científicos, sejam duplicados ou não se enquadrem no recorte definido.

O processo de seleção dos estudos seguirá três etapas: a triagem inicial, que consistirá na leitura de títulos e resumos; a leitura completa, destinada à confirmação da pertinência temática; e a organização dos estudos selecionados em planilha contendo informações como: *lócus*; ano; título; autor/a e palavras-chave. A figura 1, a seguir, ilustra de forma esquemática o processo de seleção dos estudos que comporão o corpus desta revisão:

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado no Canva pela autora (2025), baseado no modelo PRISMA[3] (2009).

[3] O Modelo PRISMA (2009) é um guia para garantir e relatar a qualidade e a transparência das revisões sistemáticas e meta-análises, publicado em 2009 para auxiliar revisores a relatar de forma transparente os motivos, métodos e resultados de suas revisões. Modelo na íntegra disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700#:~:text=A%20declara%C3%A7%C3%A3o%20PRISMA%202020%20foi,do%20delineamento%20dos%20estudos%20inclu%C3%ADdos.

A análise dos dados será conduzida de forma qualitativa e temática, estruturada em três momentos essenciais: pré-análise, categorização e interpretação. A pré-análise consistirá na leitura flutuante do material selecionado e na identificação inicial dos eixos temáticos. A fase de categorização agrupará os estudos conforme três categorias analíticas: (1) Fundamentos teóricos do bilinguismo; (2) Práticas bilíngues na educação de Surdos; e (3) Políticas públicas de educação bilíngue. Essas categorias orientarão a exposição dos resultados e favorecerão a construção de um panorama crítico da área. [Inserir nota de rodapé explicando a definição das categorias]

A etapa de interpretação consistirá no confronto dos dados categorizados com o referencial teórico, permitindo evidenciar tendências, tensões, lacunas e convergências presentes no corpus. Esse percurso metodológico assegura que as conclusões apresentadas estejam fundamentadas na literatura analisada, promovendo uma compreensão crítica e aprofundada do fenômeno investigado.

As limitações da pesquisa serão apresentadas após a definição final dos critérios metodológicos, considerando aspectos como restrições de acesso a determinadas fontes, possibilidade de ausência de indexação de publicações relevantes e implicações decorrentes do recorte temporal adotado.

Por fim, esta metodologia foi elaborada para garantir que o levantamento e a análise das fontes documentais ocorram de maneira sistemática, coerente e crítica, oferecendo subsídios sólidos às discussões e conclusões que serão desenvolvidas ao longo da análise dos resultados.

3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL

A educação bilíngue de Surdos no Brasil constitui-se como resultado de um processo histórico marcado por lutas políticas, avanços científicos e conquistas legais. Ao longo das últimas décadas, a compreensão da surdez como diferença linguística e cultural, e não apenas como deficiência, possibilitou a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda.

Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender o percurso histórico e social dessa modalidade (2.1), analisar seu reconhecimento como direito linguístico e educacional respaldado por leis e políticas públicas (2.2) e discutir os desafios e estratégias para sua efetiva implementação no cenário nacional (2.3).

3.1 Educação de Surdos na Perspectiva Bilíngue: breve histórico e movimentos de luta

A história da educação de Surdos no Brasil não pode ser compreendida sem resgatar o percurso de chegada e consolidação da língua de sinais no país. A introdução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) remonta ao trabalho do professor francês Ernest Huet, Surdo e ex-aluno do Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, que chegou ao Brasil em 1855 a convite de D. Pedro II. Huet trouxe consigo a Língua de Sinais Francesa (LSF), que, combinada aos sinais já utilizados por Surdos brasileiros, deu origem a um repertório próprio que, ao longo do tempo, se consolidou como a Libras. Segundo Ferreira Brito:

> O que se formou foi uma língua natural, com estrutura gramatical própria, que se desenvolveu de maneira autônoma nas comunidades surdas brasileiras, muito embora tenha recebido forte influência da LSF nos primeiros anos de institucionalização (Ferreira Brito, 1993, p. 25).

O marco institucional desse processo foi a criação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, que, inicialmente, adotava a língua de sinais como meio de instrução. No entanto, essa trajetória sofreu um grande revés a partir do Congresso de Milão (1880), quando predominou internacionalmente a defesa do oralismo.

Essa abordagem, pautada na perspectiva médico-clínica da surdez, tinha como objetivo principal desenvolver a fala e a leitura labial, suprimindo o uso da

língua de sinais. Como destaca Skliar (1998, p. 41), “o oralismo se baseia na crença de que a fala é condição indispensável para a integração social do surdo, negando sua diferença linguística e cultural”. Durante quase um século, o oralismo prevaleceu no Brasil, contribuindo para o apagamento da Libras nos espaços escolares e impondo barreiras significativas à aprendizagem. E o autor ainda ressalta:

> A surdez tem sido, historicamente, representada a partir de uma lógica da deficiência e da falta. Nesse sentido, os sujeitos surdos foram inseridos na escola não como sujeitos de uma cultura distinta, mas como deficientes auditivos a serem reabilitados (Skliar, 1999, p. 27).

Na tentativa de superar as limitações dessa abordagem, surge, nas décadas de 1960 e 1970, a Comunicação Total. Essa metodologia propunha a utilização de todos os recursos comunicativos possíveis, fala, sinais, leitura labial, escrita e gestos naturais, mas, como aponta Lodi (2014, p. 19).: “A Comunicação Total, embora menos restritiva que o oralismo puro, não reconhecia a língua de sinais como língua primeira, tratando-a como ferramenta auxiliar para o ensino do português oral”.

A virada paradigmática ocorre com o avanço dos estudos linguísticos sobre as línguas de sinais e com a organização política da comunidade surda. A partir dos anos 1980 e, especialmente, na década de 1990, consolida-se no Brasil o modelo bilíngue, que reconhece a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa (LP), na modalidade escrita, como segunda língua (L2). Lacerda e Mantelatto sintetizam essa concepção dizendo que:

> O bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, reconhecendo que o desenvolvimento linguístico inicial é determinante para a aquisição de competências cognitivas e acadêmicas (Lacerda e Mantelatto, 2000, p. 74).

A base para esse avanço foi também o fortalecimento dos movimentos Surdos, articulados em associações, federações e eventos acadêmicos, que passaram a reivindicar direitos linguísticos, culturais e educacionais. Sobre isso, Slomski observa que:

> O movimento surdo brasileiro ressignificou o eu-surdo para além dos estereótipos socialmente atribuídos, afirmando a diferença como valor e o bilinguismo como direito linguístico fundamental, não como mera opção pedagógica (Slomski, 2010, p. 45).

Essas lutas resultaram em importantes conquistas legais, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, além de influenciar diretamente políticas

educacionais como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 que, tem a Meta 4.7 especialmente relevante para esta pesquisa, pois determina:

> Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva, de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2014, p. 45).

Ao mesmo tempo em que prevê o ensino bilíngue, a Meta 4.7 reconhece a necessidade de ambientes educacionais linguisticamente acessíveis, superando a visão homogênea da inclusão que ignora especificidades linguísticas. Esse ponto nos conduz diretamente ao próximo tópico, em que a educação bilíngue é analisada como um direito linguístico, respaldado por um arcabouço jurídico consistente. Ainda estabelece que:

> Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014).

Apesar do discurso inclusivo, o PNE não detalha ações específicas para a implementação da modalidade bilíngue, o que levou à necessidade de regulamentação específica. Essa lacuna foi parcialmente suprida pela Lei nº 14.191/2021, para reconhecer a educação bilíngue como modalidade de ensino:

> Art. 60-A. A educação bilíngue de surdos, como modalidade de educação escolar, deve ser oferecida em Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, garantido o acesso de estudantes surdos a professores bilíngues e ao ensino em ambientes visualmente acessíveis (Brasil, 2021).

A Lei ainda determina, em seu §1º: §1º A educação bilíngue de surdos será ofertada, preferencialmente, em: I – escolas bilíngues de surdos; II – classes bilíngues de surdos em escolas regulares (Brasil, 2021). Essa regulamentação estabelece direitos objetivos, como o uso de materiais didáticos bilíngues, presença de professores e instrutores Surdos, bem como a valorização da cultura surda no currículo escolar.

3.2 A Educação Bilíngue de Surdos como Direito Linguístico e Educacional

A educação bilíngue de Surdos no Brasil constitui-se como fruto de um longo processo histórico e político de reconhecimento da Libras e de consolidação do direito linguístico dessa comunidade. O marco legal inicial desse percurso foi a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que, pela primeira vez, conferiu à Libras o estatuto de meio legal de comunicação e expressão.

No seu Artigo 1º, está expresso: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados (Brasil, 2002, p. 1). O Artigo 2º complementa, determinando que O poder público e empresas concessionárias de serviços públicos devem apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas no Brasil (Brasil, 2002, p. 1).

Esse reconhecimento formal significou mais do que a validação de um meio comunicativo, representou o início de uma mudança paradigmática no tratamento das questões linguísticas e educacionais voltadas para os Surdos, deslocando a Libras da marginalidade para o campo das políticas públicas.

A regulamentação dessa Lei ocorreu com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que não apenas detalhou medidas de promoção e difusão da Libras, mas também instituiu diretrizes específicas para a educação bilíngue. O artigo 22 do decreto é enfático ao afirmar que:

> As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (Brasil, 2005, p. 7).

Esse decreto também dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e define a formação de professores e intérpretes:

> Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (Brasil, 2005).

Além disso, o artigo 11 dispõe que o Ministério da Educação deve promover cursos de graduação e pós-graduação para formação de professores Surdos e ouvintes na área da Libras e do português como segunda língua, consolidando uma política de formação docente que assegure a efetividade da proposta bilíngue.

A partir desse marco legal, a Libras passou a ocupar espaço institucional na educação brasileira, consolidando-se como a primeira língua da comunidade surda. Para Quadros e Karnopp (2004), esse reconhecimento deve vir acompanhado de uma política educacional coerente com a especificidade Bilíngue-bicultural dos Surdos:

> O bilinguismo para surdos pressupõe o respeito às especificidades da aquisição linguística em Libras como primeira língua, e da Língua Portuguesa como segunda, garantindo ao surdo o acesso pleno ao conhecimento e à cidadania (Quadros; Karnopp, 2004, p. 58).

Contudo, o fortalecimento dessa concepção de educação só foi possível graças a um processo mais amplo de reconhecimento científico e político da língua de sinais. Somente a partir da década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais Surdos no Brasil e no mundo e com o avanço da perspectiva bilíngue, houve uma retomada significativa da valorização da Libras como língua legítima.

Esse movimento foi profundamente influenciado pelas pesquisas pioneiras do linguista norte-americano William Stokoe, que, na década de 1960, demonstrou que a Língua de Sinais Americana (ASL) não era mera gesticulação, mas sim um sistema linguístico completo. Segundo Stokoe (1960, p. 12): “A língua de sinais não é uma simples mímica ou gesticulação, mas um sistema linguístico completo, com estrutura morfológica e sintática, capaz de expressar qualquer conceito humano”.

A repercussão dessas descobertas foi decisiva para que, no Brasil, estudiosos como Ferreira Brito (1993) e Quadros (2004) provassem que a Libras possui todos os níveis de organização linguística: fonológico, morfológico, sintático e semântico, conferindo-lhe o mesmo status de qualquer língua natural. Esse reconhecimento científico serviu de base para o avanço das políticas educacionais e para a reivindicação de seu uso como língua de instrução nas escolas.

A consolidação legal da educação bilíngue avançou significativamente com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), cujo artigo 28, inciso XIII, determina: Oferecer, obrigatoriamente, educação bilíngue em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, para pessoas surdas, em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2015, p. 14).

A LBI não apenas reforçou o direito à educação bilíngue, mas também a inseriu no contexto mais amplo dos direitos humanos e da acessibilidade comunicacional, integrando-a a uma política de inclusão transversal e permanente.

O avanço mais recente e decisivo ocorreu com a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2022, conhecida como Lei do Bilinguismo, que incluiu formalmente a educação bilíngue de Surdos como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O artigo 60-A estabelece:

> A educação bilíngue de surdos é aquela em que a Libras é a primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa é a segunda língua, garantindo-se seu uso e ensino em todo o processo educacional (Brasil, 2022, p. 2).

Esse dispositivo legal define que a Libras não deve ser tratada apenas como componente curricular, mas como meio efetivo de instrução, condição essencial para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico dos estudantes Surdos.

Nesse ínterim, surge o documento *Políticas de Educação Bilíngue de Surdos* integra o *Marco Referencial de Equidade na Educação*, uma iniciativa recente, disponibilizada em 03/06/2025 na página oficial do Governo Federal, que se apresenta como um conjunto de princípios, diretrizes e orientações voltadas à equidade e ao compromisso constitucional de garantir o direito público e subjetivo à educação.

Esse marco parte do entendimento de que a educação brasileira, historicamente marcada por múltiplas desigualdades, necessita de soluções estruturadas, ancoradas na realidade e sensíveis às especificidades dos diferentes grupos sociais. Assim, sua proposta é oferecer uma estrutura conceitual e prática capaz de orientar políticas públicas equitativas, fortalecendo ações que promovam inclusão, reconheçam a diversidade e reduzam desigualdades.

O documento está sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria com Estados, Municípios, CONSED, UNDIME, UNESCO, ANPAE e ANPED, consolidando uma construção coletiva que envolve especialistas, gestores públicos, movimentos sociais e representantes da sociedade civil.

Nesse contexto, o *Marco Referencial de Equidade na Educação* não é apenas um documento orientador, mas um esforço articulado entre União, Estados e

Municípios para apoiar redes de ensino na incorporação da equidade como princípio estruturante de suas políticas educacionais. É nesse movimento que surge o I Encontro do Marco Referencial de Equidade na Educação, promovido pela SECADI/MEC, reunindo especialistas, legisladores, educadores, ativistas, Ministério Público e representantes de diversos setores.

O encontro inaugurou formalmente o processo colaborativo de elaboração do marco e lançou também o PDDE Equidade, uma ação estratégica para fortalecer políticas educacionais comprometidas com justiça social, ampliando o suporte a escolas e redes de ensino na superação das barreiras que comprometem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Como afirmou a secretária Zara Figueiredo, o referencial deverá funcionar como “um referencial de equidade ancorado na realidade, que permita não apenas nomear as desigualdades, mas contribuir efetivamente para ajudar as redes e as entidades a saberem como lidar com elas”.

Mas, diante de tudo isso, emerge uma pergunta fundamental: e para a comunidade surda, o que está sendo feito? Ao analisar a publicação recém-lançada, especificamente o material *Políticas de Educação Bilíngue de Surdos*, percebe-se que esse recorte tem papel central na consolidação da equidade educacional. Trata-se de um documento que organiza marcos legais, princípios, objetivos, estratégias e lacunas referentes à oferta da educação bilíngue de Surdos como modalidade escolar específica, conforme previsto na Lei 14.191/2021.

Ele reafirma que a educação bilíngue, em Libras como primeira língua (L1) e português escrito como segunda língua (L2), não é apenas uma diretriz pedagógica, mas uma exigência ética, cultural e legal para garantir o pleno direito linguístico da pessoa surda. Entre seus pontos-chave estão a necessidade de ambientes escolares visualmente acessíveis, a presença de pares Surdos, formação docente bilíngue especializada, materiais didáticos bilíngues, governança participativa com protagonismo Surdo e articulação intersetorial para o atendimento educacional desde a primeira infância.

O documento também apresenta um conjunto articulado de objetivos que incluem assegurar a oferta educacional com qualidade e equidade, fortalecer ações de formação, ampliar programas e materiais bilíngues, garantir infraestrutura adequada, monitorar a implementação da política e valorizar saberes, memórias e práticas culturais da comunidade surda.

Para isso, são propostas estratégias como apoio técnico e financeiro às redes de ensino, formação inicial e continuada de professores bilíngues, ampliação de licenciaturas específicas, criação de laboratórios bilíngues, oferta de materiais didáticos específicos, desenvolvimento de indicadores de monitoramento, ampliação de políticas afirmativas e fortalecimento de iniciativas de governança intersetorial.

Contudo, o documento também evidencia lacunas importantes que ainda dificultam a efetivação plena da política: ausência de um ato normativo que regulamente de forma definitiva a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos; falta de dados censitários específicos sobre usuários de Libras; insuficiência de indicadores sobre qualidade e condições de oferta; inexistência de instrumentos de avaliação em Libras no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e em outras avaliações nacionais; carência de professores bilíngues em número suficiente; fragilidade na formação de profissionais; ausência de protocolos para encaminhamento precoce de bebês Surdos; além da necessidade urgente de currículos que realmente reflitam a identidade linguística e cultural da comunidade surda. Tais lacunas revelam que, embora haja avanços estruturais, ainda há um longo caminho para garantir plenamente a equidade linguística e educacional dos Surdos.

Assim, ao reunir diretrizes, princípios e ações específicas para a educação bilíngue, o documento contribui de forma significativa para orientar redes de ensino, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de práticas coerentes com o direito linguístico dos Surdos. Ele reafirma que a Libras deve ser reconhecida como língua de instrução, cultura e identidade, e que a educação bilíngue precisa ser implementada com base na participação ativa das comunidades surdas, garantindo ambientes de pertencimento, materiais adequados, professores bilíngues e políticas que valorizem a diversidade.

Dessa forma, o *Marco Referencial de Equidade na Educação*, articulado ao documento *Políticas de Educação Bilíngue de Surdos*, torna-se um instrumento estratégico para fortalecer a luta por equidade e consolidar políticas que assegurem uma educação verdadeiramente bilíngue, justa e democrática para a população surda brasileira.

Paralelamente a esses avanços legais, diversas conquistas institucionais e culturais reforçaram o direito linguístico dos Surdos. Um marco fundamental foi a criação do curso de graduação em Letras Libras da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), pioneiro no Brasil, iniciado em 2006 na modalidade a distância e, em 2008, na modalidade presencial. Essa formação atende a uma demanda histórica por professores e tradutores/intérpretes capacitados que, segundo Quadros (2006, p. 17) “A criação do curso de Letras Libras é fruto direto da luta da comunidade surda por uma educação bilíngue de qualidade, com profissionais Surdos e ouvintes capacitados para atuar na área”.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), fundada em 1987, desempenhou papel central nesse processo, sendo a principal representante política da comunidade surda no Brasil. Por meio de ações de mobilização, participação em conselhos do MEC e promoção de eventos e formações, a Feneis consolidou pautas históricas, como a regulamentação da Lei de Libras e a ampliação do acesso à educação bilíngue. Assim, Strobel (2008, p. 64) destaca que: “A Feneis se tornou a principal voz política da comunidade surda no Brasil, organizando congressos, produzindo materiais e participando ativamente da construção de políticas linguísticas para os surdos”.

No campo da comunicação e da acessibilidade midiática, duas conquistas se destacam. A primeira é a implementação do Closed Caption (CC - legenda oculta) na televisão brasileira, regulamentada pela Portaria nº 310/2006 do Ministério das Comunicações. Embora seja um recurso relevante, ele apresenta limitações para os Surdos usuários de Libras, pois está em português escrito, língua que, para muitos, é adquirida como segunda língua. Nesse sentido, Perlin (2004, p. 95) adverte: “A legenda não substitui a língua de sinais, e seu uso isolado não garante o acesso pleno à informação pelo Surdo sinalizante”.

A segunda conquista foi a iniciativa da TV Cultura, na década de 1990, de incluir intérpretes de Libras em sua programação, tornando-se a primeira emissora brasileira a adotar sistematicamente esse recurso em programas jornalísticos e educativos, o que representou um passo concreto para a democratização da informação.

Esses avanços legais, acadêmicos e culturais, evidenciam que o direito linguístico dos Surdos vai além do acesso formal à escola. Ele envolve a garantia de espaços de circulação da Libras em todos os âmbitos da vida social, cultural e política, assegurando que a língua primeira dessa comunidade seja reconhecida e utilizada como meio de expressão e de aprendizado, como enfatiza Perlin (2004, p.

93) “Sem o direito à sua língua, o surdo é privado não apenas de comunicação, mas de sua história, de sua cultura e de sua autonomia como sujeito”.

Assim, a educação bilíngue se afirma não como uma alternativa metodológica, mas como condição inegociável para o exercício pleno da cidadania surda, constituindo-se no eixo central de políticas públicas que respeitam e valorizam a diferença linguística e cultural dessa comunidade.

3.3 Implementação da Educação Bilíngue de Surdos

Mesmo com os avanços legais e acadêmicos conquistados nas últimas décadas no Brasil, a implementação efetiva da educação bilíngue de Surdos ainda enfrenta sérios obstáculos estruturais e simbólicos. A legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.191/2021, estabelece no art. 2º que:

> O poder público deverá garantir, de forma progressiva, a implantação e o funcionamento de escolas bilíngues de surdos, com profissionais qualificados, estrutura física acessível, material didático em Libras e formação continuada dos profissionais da educação (Brasil, 2021).

Tal dispositivo sinaliza o compromisso estatal com a concretização de um modelo que respeite a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, mas o que se observa na prática é uma distância significativa entre o que está posto no texto legal e o cotidiano das instituições de ensino.

A experiência internacional, como a da Suécia, relatada por Svartholm (2014), oferece um panorama que ajuda a refletir sobre a situação brasileira. Ao ler *35 anos de educação bilíngue de surdos – e então?*, a autora afirma que o sucesso obtido decorreu de “uma atitude positiva em relação à língua de sinais e seus usuários” (Svartholm, 2014, p. 34) e de políticas estruturadas para garantir acesso pleno à língua de sinais desde a primeira infância, com suporte familiar e escolar. Entretanto, a autora também alerta que não basta o reconhecimento formal ou a criação de leis:

> Para uma bem-sucedida educação de surdos hoje e no futuro, [...] professores de surdos devem não somente ser sinalizadores fluentes, mas ter treinamento metodológico e linguístico de maneira que possam ensinar língua de sinais como primeira língua para os surdos e a língua da sociedade como uma segunda língua (Svartholm, 2014, p. 47).

No Brasil, ainda há uma escassez crônica de professores surdos e de profissionais bilíngues capacitados, além da ausência de materiais didáticos adequados produzidos diretamente em Libras. A resistência institucional à diferença linguística também se mantém, reproduzindo uma lógica de integração assimiladora

que, muitas vezes, reduz a Libras a um recurso suplementar, em vez de reconhecê-la como base do processo educativo. Nesse sentido, Strobel é incisiva quando enfatiza que:

> A existência da lei não assegura sua efetividade. O que está em jogo é o compromisso político com a diferença. Enquanto a surdez for tratada como deficiência a ser corrigida e não como identidade a ser valorizada, a educação bilíngue continuará sendo exceção, e não regra (Strobel, 2008, p. 104).

Svartholm (2014) reforça que a implementação bem-sucedida de um modelo bilíngue exige condições concretas que vão muito além da presença de intérpretes em sala. É necessário garantir ambientes de interação natural entre pares Surdos, acesso contínuo a modelos linguísticos fluentes e estratégias pedagógicas fundamentadas em pesquisa linguística. A autora destaca:

> Prover a criança com oportunidades de interagir naturalmente com outras e de participar em comunicação significativa e fluente [...] deve ser central para qualquer programa ou filosofia educacional que se refira a crianças surdas. Todas estas crianças necessitam de uma variedade de modelos linguísticos à sua volta para garantir o acesso à língua visualmente acessível em uso (Svartholm, 2014, p. 47).

No contexto brasileiro, isso implica a criação e manutenção de escolas bilíngues de Surdos, a oferta de classes bilíngues em regiões onde a demanda não justifique uma escola específica, e a presença de professores Surdos atuando como referências linguísticas e culturais para os estudantes. É igualmente essencial assegurar formação inicial e continuada que habilite docentes ouvintes a ensinar português como segunda língua, com metodologias visuais e contrastivas.

Além da infraestrutura física e pedagógica, a consolidação da modalidade bilíngue demanda investimentos em produção de materiais didáticos em Libras, uso de tecnologias acessíveis e incorporação da língua de sinais em todas as esferas da vida escolar, desde a gestão até as atividades extracurriculares. No Brasil, ainda é comum que, mesmo em escolas que se autodenominam bilíngues, as decisões administrativas e reuniões pedagógicas sejam conduzidas exclusivamente em português, o que reforça a marginalização da Libras.

Assim, a plena implementação da educação bilíngue de Surdos depende de três eixos interligados: (a) políticas públicas consistentes e fiscalizadas, (b) recursos humanos qualificados e (c) mudança cultural nas instituições de ensino para que a diferença linguística seja vista como riqueza e não como obstáculo.

Somente a conjugação desses fatores poderá transformar as garantias legais em práticas efetivas, assegurando que a educação bilíngue deixe de ser uma promessa distante para se consolidar como realidade concreta no cotidiano escolar e social da comunidade surda brasileira. Essa transformação, entretanto, demanda não apenas a execução de políticas e a alocação de recursos, mas também um acompanhamento sistemático e crítico de sua efetividade, a fim de identificar avanços, desafios e lacunas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tratará, no capítulo que segue, resultados e discussões da revisão bibliográfica realizada acerca da educação bilíngue de Surdos no Brasil no período de dez anos (2014-2024) à luz de referenciais teóricos e das reivindicações dos movimentos Surdos.

4. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: O QUE TEMOS SOBRE? MAPEANDO A PRODUÇÃO NO BRASIL (2014-2024)

O presente capítulo dedica-se à análise e interpretação crítica do corpus selecionado, composto por produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2024, localizadas nos *lócus* de pesquisa definidos: ANPEd (GT15), PPGED/UFCG, PPGE/UFPB e Revista Educação Especial da UFSM. Considerando que o objetivo central da investigação é compreender o panorama da produção científica brasileira sobre educação bilíngue de Surdos na última década, a análise aqui apresentada busca evidenciar tendências, recorrências, lacunas, abordagens teóricas e implicações educacionais emergentes desse conjunto de estudos.

A construção interpretativa se fundamenta no método proposto por Severino (2007), que orienta uma leitura que ultrapassa a descrição superficial dos textos, priorizando a compreensão profunda dos sentidos, das relações, dos referenciais e das intencionalidades presentes nos discursos acadêmicos. Nesse sentido, este capítulo organiza-se em quatro partes articuladas: (a) apresentação dos dados coletados; (b) descrição da metodologia de análise; (c) análise e interpretação dos resultados segundo as categorias formuladas; e (d) discussão e conclusões relativas ao corpus examinado. Assim estruturado, o capítulo pretende oferecer uma visão ampla e crítica do cenário atual da educação bilíngue de Surdos no Brasil, revelando tanto os avanços quanto os desafios que ainda persistem na produção acadêmica recente.

4.1 - Apresentação dos Dados

Nesta seção, apresentamos inicialmente o conjunto de pesquisas mapeadas nos quatro *lócus* selecionados. A escolha desses *lócus* justifica-se por sua relevância para o campo da educação e por reunirem pesquisas consolidadas e legitimadas academicamente.

Selecionamos o PPGE/UFPB, tendo em vista que o mesmo destaca-se por ser **o** único programa do estado da Paraíba que oferece doutorado em educação, com forte tradição na produção científica crítica e no compromisso com uma educação pública, gratuita e equitativa. Com cinco linhas de pesquisa (Educação Popular; História da Educação; Políticas Educacionais; Processos Ensino-

Aprendizagem; Estudos Culturais da Educação), configura-se como *lócus* privilegiado para identificar pesquisas que tratam do tema pesquisado.

Selecionamos, também, o PPGED/UFCG que é reconhecido por sua relevância em pesquisas voltadas às dimensões políticas e práticas da educação, distribuído em duas linhas (História, Política e Gestão Educacionais; Práticas Educativas e Diversidade). Como instituição onde a autora realiza sua formação, torna-se também *lócus* de circulação de debates sobre políticas de inclusão e diversidade linguística.

Outro selecionado foi a ANPEd – GT15 Educação Especial por ser um dos espaços mais relevantes de produção e circulação científica na área da educação, reunindo pesquisadores experientes e estudos atualizados, sendo fundamental para compreender como o bilinguismo tem sido tematizado no campo das políticas educacionais.

E, por fim, a Revista Educação Especial da UFSM que constitui um periódico de referência nacional, publicando exclusivamente artigos originais voltados à área, contribuindo para o aprofundamento de temas aqui tratados: educação, educação de Surdos, inclusão e bilinguismo.

Assim, apresentamos a seguir, a Tabela 1 contendo o quantitativo geral das pesquisas identificadas nos diferentes *lócus* analisados, totalizando 327 publicações relacionadas à temática, tendo como referência os descritores: bilinguismo para Surdos; educação bilíngue de Surdos; educação de Surdos. Esse panorama numérico permite visualizar de forma sintética a amplitude da produção acadêmica mapeada, servindo como base para as análises subsequentes sobre tendências, recorrências e distribuição das pesquisas no campo.

Tabela 1 – Quantitativo de Publicações encontradas (2014-2024)

Lócus	**Publicações encontradas**
Revista Educação Especial (UFSM)	228 publicações
GT5 Educação Especial-ANPEd	82 publicações
PPGE - UFPB	11 publicações (Teses e Dissertações)
PPGED - UFCG	06 publicações (Dissertações)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Após a coleta nesses quatro *lócus*, os dados foram organizados em uma planilha contendo: título, autores, ano, instituição, resumo, palavras-chave, local de

publicação, tema principal, link de acesso e, no caso das universidades, linhas de pesquisa. Essa organização permitiu observar o quantitativo total de pesquisas, sua distribuição geográfica e institucional, repetições, temas centrais e presença (ou ausência) do bilinguismo como foco principal.

No levantamento de coleta de dados foram identificadas diversas publicações relacionadas à temática da surdez; contudo, apenas 14 abordam especificamente a relação com a educação bilíngue de Surdos, das quais 5 são provenientes de programas de pós-graduação e o todo constituem o *corpus* analítico central desta pesquisa. Após a análise geral, organizamos essas informações em duas tabelas: a primeira com os nove estudos e a segunda com os cinco considerados mais centrais que iremos aprofundar mais à frente, conforme critérios de inclusão e exclusão, anteriormente mencionados.

4.2 - Metodologia de análise

O presente subtópico apresenta a metodologia de análise utilizada para examinar o conjunto de publicações selecionadas neste estudo. Como destacamos no percurso metodológico, adotamos uma abordagem qualitativa que articula a organização, sistematização e interpretação dos dados coletados, buscando identificar padrões, recorrências e especificidades no campo da educação bilíngue de Surdos. Esse procedimento fundamenta-se na análise analítica interpretativa proposta por Severino (2007), cuja finalidade é ultrapassar a descrição objetiva dos conteúdos e alcançar a compreensão dos sentidos e relações subjacentes ao corpus.

Para facilitar a compreensão da distribuição, apresenta-se a Tabela 2 (trabalhos) e a Tabela 3 (Pesquisas nas Pós-graduações) de forma resumida, que sintetiza o quantitativo de estudos que tratam diretamente da educação bilíngue de Surdos.

A Tabela 2 reúne os nove estudos cujo foco central é a educação bilíngue de Surdos, seja a partir de perspectivas teóricas, políticas ou práticas pedagógicas. Esses trabalhos constituem o núcleo analítico da pesquisa, pois abordam diretamente os elementos que estruturam o modelo bilíngue: Libras como L1, Português escrito como L2, formação docente bilíngue, políticas linguísticas e práticas pedagógicas em contextos bilíngues.

Tabela 2 – Estudos sobre a educação bilíngue de Surdos nos Periódicos.

LÓCUS	**ANO**	**TÍTULO**	**AUTOR/A**	**PALAVRAS-CHAVE**
Revista Educação Especial	2019	Crianças surdas, humor e política educacional.	Donna Jo Napoli Rachel Louise Sutton-Spence	Educação surda, Humor, Políticas educacionais, Direitos linguísticos.
Revista Educação Especial	2020	Formação docente e educação de surdos no Brasil: desafios para uma proposta educacional bilíngue.	Graciele Marjana Kraemer; Luciane Bresciani Lopes; Virgínia Maria Zilio	Educação bilíngue, formação docente, inclusão escolar.
Revista Educação Especial	2019	O ensino em e da Libras: perfis profissionais para oferta da educação bilíngue no Brasil.	Rubia Carla Donda da Silva; Sandra Eli Sartoreto Oliveira	Libras, Educação Bilíngue, Direitos Linguísticos.
Revista Educação Especial	2023	Elaboração de Unidade Didática no Ensino da Língua Portuguesa como L2 para Educandos Surdos.	Willian Silva de Oliveira; Fernanda Beatriz Caricari de Morais; Valéria Campos Muniz	Unidade Didática, Ensino da Língua Portuguesa, Educandos Surdos.
Revista Educação Especial	2020	Avaliação da compreensão de surdos através de fábula em Libras	Mariana Peres de Morais; Cristina Broglia de Feitosa Lacerda	Educação Especial, surdez, avaliação, Libras.
Revista Educação Especial	2020	As multiplicidades rizomáticas do sujeito-surdo-social-plural no processo de letramento bilíngue.	Ângela Simone Mattos Esteves; Ruth Maria Mariani Braz; Dagmar de Mello e Silva	Escrita, Cartografia, Enunciação.
Revista Educação Especial	2019	Materiais do Ministério de Educação do Brasil: das concepções de linguagem às políticas linguísticas para o ensino de surdos	José Anchieta de Oliveira Bentes; Rita de Nazareth Souza Bentes	Política linguística, Educação de surdos, Educação bilíngue.
Revista Educação Especial	2019	A formação de instrutores de Libras: a consolidação das políticas linguísticas na Amazônia Tocantina.	Waldma Maira Menezes de Oliveira; Ivanilde Apoluceno de Oliveira	Políticas Linguísticas, Instrutores de Libras, Representações Sociais.
GT 15-Educaçao Especial-ANPED	2022	Formação docente sob o olhar dos formadores do curso de licenciatura em pedagogia bilíngue: Libras/Português no IFG - câmpus Aparecida de Goiânia	Lucia Aparecida da Costa Moura	Pedagogia bilíngue; Educação inclusiva; Formação continuada de professores.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise da Tabela 2 evidencia que a maior concentração de trabalhos bilíngues encontram-se na Revista Educação Especial da UFSM, instituição que historicamente integra grupos consolidados de pesquisa em educação especial e políticas linguísticas. Esse dado é coerente com o que afirma Dorziat (2012), ao destacar que a região Sul concentra boa parte da produção acadêmica sobre surdez e bilinguismo.

No mesmo sentido, a Tabela 3 apresenta os cinco estudos considerados mais centrais para o objetivo desta monografia, por tratarem especificamente das práticas de ensino no contexto bilíngue, envolvendo desde a elaboração de materiais didáticos até políticas linguísticas estruturantes.

Tabela 3 – Educação bilíngue de Surdos em Programas de Pós-Graduação

LÓCUS	**ANO**	**TÍTULO**	**AUTOR/A**	**PALAVRAS-CHAVE**	**LINHA DE PESQUISA**
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE- UFPB	2014	Sou surdo e não sabia? Situação linguístico, cultural e educacional dos surdos em Sumé/PB e o processo de implantação da escola bilíngue no município.	Shirley Barbosa das Neves Porto	Política educacional; Língua de sinais; Identidade surda; Cultura surda.	Estudos Culturais
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	2020	Inclusão de Surdos e direitos linguísticos em um Campus do Instituto Federal De Educação Da Paraíba	Germana Silva de Oliveira	Inclusão Escolar; Educação de Surdos; Direito Linguístico à Libras; Educação Profissional; Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	História, Política e Gestão Educacional.
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2021	A política bilíngue e as práticas docentes para a aquisição das línguas do surdo no ensino fundamental I	Francyllayans Karla da Silva Fernandes	Inclusão. Política bilíngue. Aquisição das línguas.	Políticas Educacionais
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	2021	Ensino superior e pessoas surdas: o bilinguismo em questão no curso de Letras Libras da UFCG	Ritha Cordeiro de Sousa e Lima	Ensino Superior. Pessoas Surdas. Bilinguismo. Currículo. Curso de Letras Libras da UFCG.	Práticas Educativas e Diversidade

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED	2023	Escola Cidadã Integral de Audiocomunicação de Campina Grande-PB (ECIAC): educação bilíngue para surdos?	Antonia Luana Demetrio de Souza	Educação de surdos. Educação bilíngue de surdos. Escola de surdos. ECIAC.	História, Política e Gestão Educacional
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED	2024	Escola de surdos no município de Gado Bravo-PB: um marco para a comunidade surda local (1999 a 2002).	Valéria Barbosa Guedes	Educação bilíngue de surdos; Escola de surdos; Comunidade surda; Gado Bravo-PB.	História, Política e Gestão Educacional

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os estudos selecionados reforçam a necessidade de práticas pedagógicas alinhadas às especificidades linguísticas da comunidade Surda, bem como de políticas que apoiem a produção de materiais bilíngues, a formação de professores e o reconhecimento da Libras como base epistemológica da educação. Tais achados dialogam com Lodi (2014) e Quadros (2006), que defendem a urgência de currículos bilíngues e de estratégias didáticas que valorizem a visualidade, a cultura Surda e a centralidade da Libras no processo de ensino-aprendizagem.

Posto isto, esta etapa fornece o suporte necessário para a construção das categorias analíticas que estruturam a discussão apresentada nos tópicos subsequentes. Logo, o processo analítico seguiu as seguintes etapas:

1. Leitura flutuante dos resumos selecionados;
2. Codificação temática segundo os descritores e objetivos da pesquisa;
3. Agrupamento das recorrências em categorias analíticas;
4. Interpretação articulada entre corpus e referencial teórico

Observamos, ainda, que três eixos principais emergem da organização e do exame sistemático do material analisado que serão nomeados de categorias de análise. Elas foram delineadas com base nas recorrências identificadas no *corpus*, configurando-se, assim, como unidades interpretativas que orientam a compreensão dos dados, sendo elas:

- Categoria 1 – Fundamentos Teóricos do Bilinguismo para Surdos
- Categoria 2 – Educação Bilíngue de Surdos com foco nas Práticas
- Categoria 3 – Políticas Públicas de Educação Bilíngue

Esses eixos estruturam, portanto, as categorias de análise discutidas nas seções seguintes. Além do levantamento quantitativo, realizamos também uma seleção específica dos estudos cujo tema central aborda a educação bilíngue de Surdos. Esses trabalhos foram organizados em uma nova tabela, permitindo uma leitura mais aprofundada de suas abordagens teóricas, objetivos e resultados. A partir desses dados, torna-se possível identificar e tendências que serão detalhados nas categorias analíticas apresentadas a seguir.

4.3 Análise e Interpretação dos Resultados

A seção Análise e Interpretação dos Resultados apresenta a análise do corpus selecionado, articulando os dados obtidos no levantamento quantitativo e na avaliação qualitativa das publicações. Nesta etapa, os resultados são examinados à luz das categorias analíticas previamente estabelecidas, permitindo identificar tendências, regularidades e especificidades que caracterizam a produção científica sobre educação bilíngue de Surdos, além de lacunas ainda presentes sobre a temática, no período investigado.

O objetivo central desta etapa é compreender não apenas o volume e a distribuição da temática da educação bilíngue de Surdos nas publicações e pesquisas, mas, sobretudo, os sentidos, contribuições e lacunas que emergem das diferentes abordagens teóricas e metodológicas presentes nos estudos analisados. Dessa forma, esta seção consolida a base interpretativa que sustenta as discussões apresentadas nos subtópicos subsequentes.

4.3.1 - Categoria 1: Fundamentos Teóricos do Bilinguismo

Os estudos agrupados nesta categoria convergem para a afirmação de que a Libras constitui a base epistêmica, pedagógica e identitária do sujeito Surdo, configurando-se como sua primeira língua e como eixo estruturante do modelo bilíngue. Tal concepção encontra sustentação em Strobel (2008), ao defender que a língua de sinais é o modo pelo qual o sujeito surdo significa o mundo e produz sua experiência cultural.

Essa perspectiva rompe com o paradigma clínico-terapêutico historicamente imposto ao Surdo e aproxima o debate do campo sociocultural da surdez, evidenciando que o bilinguismo não se trata de uma técnica pedagógica, mas de uma política linguística que assegura o direito ao acesso à língua natural da

comunidade surda. Nesse sentido, os estudos revisados demonstram consenso quanto ao entendimento de que não existe educação bilíngue sem a garantia da Libras como L1, tampouco é possível reduzir o bilinguismo a metodologias de tradução, mediação por intérpretes ou práticas instrucionais centradas no português oral.

Skliar (2009) reforça esse ponto ao argumentar que o fracasso escolar dos Surdos é consequência direta da imposição de práticas ouvintistas, isto é, práticas que desconsideram a língua de sinais como língua plena, negam a visualidade como forma legítima de apreensão do mundo e subordinam o Surdo a um modelo escolar que não o reconhece como sujeito cultural. Essa crítica encontra eco na análise realizada, pois grande parte das produções revisadas reafirma que o bilinguismo, quando reduzido ao discurso institucional de inclusão, perde sua potência política e pedagógica, produzindo apenas a aparência de acesso linguístico.

Dois estudos do corpus dialogam de modo particularmente significativo com essa discussão. O primeiro, "*Crianças surdas, humor e política educacional"*, evidencia que políticas educacionais baseadas apenas na presença de intérpretes em salas inclusivas constroem uma "ilusão de inclusão", pois não garantem o uso sistemático da língua de sinais, tampouco promovem práticas pedagógicas bilíngues orientadas pela visualidade.

O estudo ressalta que o desenvolvimento linguístico, cognitivo e sociocultural das crianças surdas depende de estratégias que considerem sua experiência visual e seu direito ao acesso pleno à Libras, defendendo, inclusive, o humor como ferramenta de aprendizagem, elemento linguístico e cultural central para a construção de sentidos. Ao apontar a escassez de discussões sobre humor na educação de surdos, o estudo evidencia uma lacuna significativa nas práticas pedagógicas que se autointitulam bilíngues, mas permanecem presas a tarefas pouco engajadoras e distantes da cultura surda.

O segundo estudo analisado, "*Materiais do Ministério de Educação do Brasil: das concepções de linguagem às políticas linguísticas para o ensino de surdos"*, aborda a política linguística oficial ao longo de três décadas, evidenciando como as concepções de língua adotadas pelo Estado moldaram e limitaram as práticas pedagógicas destinadas aos surdos.

A análise revela três fases distintas: (1) uma concepção reabilitadora, centrada na fala e na escrita; (2) uma concepção gramatical, baseada em sinais,

frases e diálogos descontextualizados; e (3) uma concepção bilíngue ainda incipiente, que admite a Libras como L1 e o português escrito como L2, mas circunscreve essa relação ao espaço do AEE, não à sala de aula regular. Tais resultados mostram, de forma contundente, que as políticas oficiais, mesmo quando empregam a terminologia do bilinguismo, ainda operam em modelos que fragmentam a experiência linguística do sujeito surdo, ora a serviço da inclusão, ora como parte da educação especial, sem garantir uma estrutura curricular verdadeiramente bilíngue.

Dessa forma, os estudos reunidos nesta categoria indicam que os fundamentos teóricos do bilinguismo estão amplamente consolidados na literatura, com forte ênfase na língua de sinais como L1, na centralidade da cultura surda e no caráter político do bilinguismo, porém encontram sérios obstáculos quando contrastados com as políticas oficiais e com as práticas pedagógicas implementadas.

O que se observa é a permanência de um distanciamento entre o bilinguismo concebido (nas teorias e legislações) e o bilinguismo vivido (nas escolas), produzindo tensões que impactam diretamente a formação linguística, cognitiva e cultural dos estudantes surdos.

4.3.2 - Categoria 2: Práticas Bilíngues para Surdos

Nesta categoria situam-se estudos sobre elaboração de materiais, ensino de L2, letramento bilíngue e avaliação em Libras. Os cinco estudos centrais da Tabela 3 mostram que a prática bilíngue, embora desejada, ainda é fragmentada, dependente da iniciativa individual dos docentes e pouco sustentada por políticas públicas robustas.

Observa-se que os estudos abordam práticas pedagógicas, adaptações curriculares e experiências de ensino de Libras ou português como L2. Contudo, em muitos casos, as práticas relatadas não correspondem plenamente ao conceito de educação bilíngue definido pela literatura, confirmando a crítica de Skliar (2009) de que a escola ainda opera sob lógicas ouvintistas, mesmo quando se declara bilíngue.

O estudo "*Elaboração de Unidade Didática em LP como L2"* demonstra que o ensino de português para Surdos exige estratégias visuais, bilíngues e culturalmente orientadas, algo que Quadros (2006) já defendia ao afirmar que o ensino de L2 para

Surdos precisa partir de sua língua natural, da visualidade e de contextos significativos**.**

De modo semelhante, "*As multiplicidades rizomáticas do sujeito-surdo no letramento bilíngue"* aponta que a leitura e escrita em português só fazem sentido quando partem da Libras como língua de base cognitiva. Esse achado dialoga com Lodi (2014), que afirma que o letramento bilíngue deve emergir da interação entre L1 e L2, e não da substituição de uma pela outra.

Há ainda estudos que tratam de avaliação bilíngue, como *Avaliação da compreensão de surdos através de fábula em Libras*, evidenciando que avaliações em português oralizado são injustas e insuficientes para captar o conhecimento real do sujeito Surdo.

4.3.3 - Categoria 3: Políticas Públicas para a Educação Bilíngue

Os estudos desta categoria discutem a legislação brasileira, especificamente sobre as legislações inclusivas voltadas para o sujeito Surdo, Lei 10.436/2002, Decreto 5.626/2005, Lei 14.191/2021, e sua implementação fragmentada. A literatura mostra que existe uma distância entre discurso legal e prática escolar. Como afirma Dorziat (2012)**,** quando diz que a legislação garante direitos, mas a escola brasileira continua profundamente *ouvintista*, e que emergem análises sobre a implementação das leis, com destaque para as tensões entre normativas e práticas escolares.

O *corpus* aponta lacunas recorrentes como: ausência de professores bilíngues e formação adequada; escassez de escolas bilíngues; materiais didáticos escassos; ausência de avaliação em Libras em larga escala; falta de políticas estáveis e distanciamento entre a legislação e a prática educacional.

No estudo "*O ensino em e da Libras: perfis profissionais para oferta da educação bilíngue no Brasil"* é contundente ao afirmar que o MEC historicamente oscilou entre avanço e retrocessos na política bilíngue, o que gera instabilidade nas redes.

4.4 - Discussão e Conclusões da Análise

A partir da análise interpretativa realizada, é possível concluir que a produção acadêmica brasileira sobre educação bilíngue de Surdos evidencia avanços

conceituais relevantes, ao mesmo tempo em que revela desafios estruturais persistentes para a efetivação desse modelo educacional. Dois elementos se destacam de maneira contundente: (1) a teoria avança mais rapidamente do que a prática e (2) as políticas públicas permanecem fragmentadas e insuficientemente implementadas.

O primeiro ponto evidencia um descompasso histórico já identificado por autores como Skliar (2009) e Lodi (2014): a literatura avança na defesa da Libras como L1, do Português escrito como L2, da centralidade da cultura surda e da pedagogia visual, mas tais premissas não se convertem, na mesma velocidade, em ações pedagógicas concretas. As pesquisas analisadas demonstram grande densidade teórica, sólida, consistente, sofisticada, mas mostram que, no cotidiano escolar, as práticas bilíngues ainda são incipientes, descontínuas ou inexistentes. Há discursos favoráveis ao bilinguismo, porém raramente acompanhados de descrições metodológicas, relatos práticos ou diretrizes aplicáveis ao cotidiano das salas de aula. Essa lacuna entre reflexão e operacionalização reforça a crítica de Perlin (2004) ao "bilinguismo de papel", aquele que existe nos textos, nas normativas e nos discursos institucionais, mas não se materializa como experiência educativa.

O segundo ponto refere-se à fragilidade das políticas públicas que deveriam sustentar a educação bilíngue. Embora o Brasil possua avanços legais, como o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 14.191/2021, a análise do corpus confirma que as políticas permanecem fragmentadas, instáveis e mal implementadas. Quadros (2004) já destacava que a legislação, por si só, não garante a existência de escolas bilíngues, formação docente adequada ou produção de materiais didáticos específicos. A década analisada (2014–2024) revela exatamente esse cenário: documentos oficiais defendem a educação bilíngue, mas os sistemas educacionais não asseguram condições estruturais, como professores bilíngues em quantidade suficiente, currículos diferenciados, financiamento contínuo, presença de intérpretes, acessibilidade comunicacional ou políticas de acompanhamento e avaliação. Há, portanto, um distanciamento entre a política concebida e a política vivida, uma lacuna, uma distância que repercute diretamente na escolarização dos Surdos.

Dessa forma, a análise conduzida evidencia que a educação bilíngue não é apenas uma modalidade pedagógica, mas uma condição de possibilidade para o desenvolvimento linguístico, cognitivo, cultural e identitário do sujeito Surdo**.** Quando

efetivada por meio de currículos bilíngues, materiais adequados, avaliações acessíveis, formação docente específica e políticas públicas consistentes, ela produz avanços concretos na escolarização dos estudantes Surdos, fortalecendo autonomia, criticidade e pertencimento cultural. Entretanto, enquanto permanecer restrita ao plano teórico ou normativo, seus efeitos serão limitados e insuficientes para transformar a realidade educacional.

Por outro lado, quando o ensino é conduzido sob paradigma ouvintista com metodologias lineares, foco no português oral, pouca visualidade, intérprete como "solução universal", ele produz silenciamentos. Esse problema é denunciado por Skliar (2009, p. 53), para quem "a escola ouvintista não apenas marginaliza o Surdo, mas apaga sua língua, sua história e sua possibilidade de significar o mundo".

Os dados analisados confirmam criticamente que os estudos escancaram que onde há bilinguismo real, há avanços; onde não há, surgem exclusões mascaradas de inclusão. Além disso, as lacunas identificadas evidenciam a necessidade de novas pesquisas que investiguem, de fato, a implementação concreta das escolas bilíngues, a formação de professores bilíngues, os processos de avaliação educacional em Libras e os impactos decorrentes da Lei nº 14.191/2021.

Ainda assim, os resultados sistematizados nas Tabelas 1, 2 e 3 permitem identificar um panorama consistente, e ao mesmo tempo revelador de lacunas, sobre a produção acadêmica brasileira referente à educação bilíngue de Surdos entre 2014 e 2024. O levantamento dos quatro *lócus* investigados (Revista Educação Especial da UFSM, GT 15-Educação Especial - ANPEd, PPGE-UFPB e PPGEd-UFCG), totalizando 327 publicações, demonstrou que apenas uma fração reduzida aborda, de fato, o bilinguismo como processo educacional, e não apenas como tema periférico, vinculado à inclusão, cultura surda ou barreiras comunicacionais.

Esse achado alinha-se ao que Skliar (2009) denuncia ao afirmar que a escola ouvintista marginaliza o sujeito surdo ao apagar sua língua, sua história e sua possibilidade de significar o mundo a partir de uma epistemologia visual. Essa mesma lógica se manifesta também na produção científica analisada: fala-se muito *sobre* Surdos, inclusão e políticas públicas, mas pouco se aprofunda aquilo que constitui o cerne da educação bilíngue isto é, o ensino sistemático de Libras como L1 e de Português escrito como L2.

Ao mesmo tempo, observa-se que a dimensão bilíngue-bicultural, defendida por autores como Perlin e Strobel (2006) e consolidada nas proposições de Quadros

(2004), permanece pouco explorada nos estudos que compõem o corpus. Essa perspectiva, que compreende o surdo como sujeito de uma experiência linguística e cultural própria, deveria orientar o modo como a escolarização bilíngue é concebida e praticada; contudo, aparece de forma marginal, frequentemente diluída em discursos gerais sobre diversidade e inclusão.

Logo, a escassez de pesquisas que tratam do bilinguismo articulado à cultura surda revela, portanto, um apagamento que não é apenas metodológico, mas político, pois enfraquece a centralidade da identidade surda e de sua produção de sentidos dentro do projeto educacional bilíngue.

Portanto, a análise dos dados evidencia que o maior volume de estudos está concentrado na Revista Educação Especial da UFSM, seguida do GT 15-Educação Especial da ANPEd. Os programas de pós-graduação da UFPB e UFCG aparecem com produções relevantes, mas em número significativamente menor. Essa distribuição desigual revela uma tendência: a produção sobre bilinguismo para Surdos está concentrada em periódicos da área de Educação Especial, enquanto os programas de pós-graduação em Educação ainda tratam o tema a partir de perspectivas inclusivas, não bilíngues.

A Tabela 2 mostrou que, entre os nove estudos selecionados, apenas **cinco** (posteriormente organizados na Tabela 3) abordam o bilinguismo como processo pedagógico, com ênfase em ensino, materiais didáticos, formação docente, políticas linguísticas e letramento bilíngue. Entretanto, mesmo nesses estudos mais profundos, verifica-se que as práticas descritas são pontuais, fragmentadas e dependem da iniciativa individual dos docentes, confirmando o que Lodi (2014) já afirmava: o letramento bilíngue só emerge quando há intencionalidade pedagógica e articulação entre L1 e L2, e não por ações isoladas ou intuitivas.

A Tabela 3 (teses e dissertações das universidades) reforça esse cenário ao demonstrar que, embora a produção acadêmica mencione bilinguismo, poucos trabalhos o tratam como objeto central, discutindo de maneira aprofundada a organização curricular, metodologias bilíngues, aquisições linguísticas, avaliação em Libras ou o papel estruturante de materiais pedagógicos visuais. A maioria das teses e dissertações se dedica à análise de políticas inclusivas, vivências culturais, experiências de estudantes e docentes Surdos ou tensões comunicacionais. Isso mostra que a discussão sobre bilinguismo na pós-graduação ainda ocorre pela via da inclusão escolar, não pela via da educação bilíngue em si.

Essa constatação dialoga com a crítica de Dorziat (2012), ao afirmar que a legislação brasileira reconhece direitos, mas a cultura escolar e científica permanece ouvintista, reproduzindo práticas e discursos que não consideram a Libras como língua plena. Assim, mesmo quando os estudos investigam escolas que se autodeclaram bilíngues, identificam-se contradições, improvisos e ausência de políticas pedagógicas estáveis, como observado na dissertação sobre a ECIAC (UFCG, 2023), que evidencia o embate entre princípios bilíngues e o modelo da Escola Cidadã Integral, centrado em competências e valores da pedagogia empresarial.

Portanto, este aparato analítico consolida a relevância da pesquisa e demonstra, de maneira científica e persuasiva, a necessidade urgente de aprofundamento teórico e prático sobre metodologias, materiais, formação docente e políticas bilíngues que realmente atendam ao sujeito Surdo em sua integralidade.

Para sintetizar visualmente os achados mais relevantes deste capítulo, elaboramos um mapa mental (Figura 1) que organiza, em estrutura radial, os eixos interpretativos que emergiram da análise do corpus. Essa representação gráfica busca oferecer ao leitor uma visão panorâmica, integrada e imediata dos resultados, reforçando a natureza visual da educação bilíngue e sua aproximação com a cultura surda, que privilegia modos de organização do conhecimento ancorados na visualidade.

Figura 1 – Mapa mental da educação bilíngue no Brasil



Fonte: Elaboração própria, com a ferramenta Canva (2025).

A Figura 1 evidencia que, embora haja avanços teóricos significativos no reconhecimento da Libras como primeira língua e na valorização da identidade surda, a prática pedagógica bilíngue ainda carece de sustentação metodológica e institucional. A visualização também destaca que grande parte da produção acadêmica permanece ancorada em discussões de caráter político, identitário ou inclusivo, tocando apenas superficialmente os aspectos didáticos que constituem a sala de aula bilíngue.

Por fim, o diagrama nos dá indícios de lacunas estruturais já apontadas como a escassez de professores bilíngues, a ausência de materiais em Libras e a predominância de práticas ouvintistas, demonstrando que o desafio da educação bilíngue no Brasil não é apenas teórico, mas sobretudo prático e político.

5. CONSIDERAÇÕES EM ABERTO

A presente pesquisa teve como propósito analisar, de maneira crítica e sistematizada, o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a educação bilíngue de Surdos no período de 2014 a 2024. Fundamentada na análise interpretativa de Severino (2007), a investigação examinou diferentes *lócus* epistêmicos (Revista Educação Especial (UFSM), ANPEd (GT15), PPGE-UFPB e PPGEd-UFCG) buscando compreender como o bilinguismo para Surdos tem sido discutido, tensionado e ressignificado no âmbito acadêmico.

Os resultados obtidos demonstram que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que foi possível mapear tendências, lacunas e contribuições que marcaram a produção científica sobre a educação bilíngue de Surdos da última década. Os objetivos específicos também foram atendidos, permitindo identificar os espaços de produção mais significativos, categorizar e organizar os estudos publicados e relacioná-los aos marcos legais, às políticas linguísticas e às lutas históricas da comunidade Surda brasileira.

O mapeamento revelou que a maior concentração de publicações sobre bilinguismo para Surdos está localizada na Revista Educação Especial (UFSM), seguida pelo GT 15 Educação Especial - ANPEd, e, em menor escala, pelos programas de pós-graduação da UFPB e da UFCG. Esse panorama indica que o debate está inserido no campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva e dos Estudos Culturais - Estudos Surdos, ainda que de maneira desigual entre as instituições analisadas.

A categorização das produções permitiu identificar três grandes eixos temáticos: fundamentos teóricos do bilinguismo, práticas bilíngues para Surdos e políticas públicas de educação bilíngue. Embora os estudos demonstrem avanços teóricos relevantes, especialmente quanto ao reconhecimento da Libras como L1, da centralidade da cultura surda e da crítica ao modelo clínico-terapêutico, a prática pedagógica bilíngue ainda se mostra incipiente, fragmentada e pouco consolidada no contexto escolar brasileiro.

A análise dos dados evidenciou que o corpus tende a se concentrar em discussões de caráter político, identitário e inclusivo, com destaque para debates sobre direitos linguísticos, formação docente, narrativas culturais e tensões presentes na escolarização das pessoas surdas.

Entretanto, são raras as investigações que tratam diretamente de práticas de ensino bilíngue, elaboração de materiais em Libras, metodologias visuais, planejamento curricular bilíngue ou avaliação em L1 e L2. Tal constatação reforça a crítica recorrente de autores como Skliar (2009), para quem a escola brasileira continua operando sob lógicas ouvintistas, mesmo quando se declara bilíngue.

Assim, o panorama revela um campo em construção, em que o discurso acadêmico avança mais rapidamente do que a prática escolar, ainda marcada pela falta de professores bilíngues, escassez de escolas bilíngues, ausência de materiais didáticos adequados e políticas públicas instáveis.

Esses resultados respondem diretamente à questão-problema desta investigação, *qual é o panorama da produção acadêmica brasileira sobre educação bilíngue, e quais aspectos dessa temática têm sido abordados entre 2014 e 2024?,* ao demonstrar que, apesar de um crescimento teórico significativo, especialmente no que se refere à defesa da Libras como língua de instrução e à valorização da identidade surda, poucas produções descrevem práticas pedagógicas bilíngues de fato.

Em outras palavras, o bilinguismo aparece predominantemente como princípio discursivo, mas raramente como prática efetiva nos contextos analisados. Ao evidenciar essas tendências, bem como os enfoques teóricos predominantes e a limitada quantidade de contribuições dedicadas à implementação pedagógica do bilinguismo, esta análise também atende ao objetivo geral da pesquisa, que consistiu em analisar o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a educação bilíngue de Surdos no período de 2014 a 2024, buscando compreender as tendências, os aportes teóricos e as contribuições desenvolvidas nesse intervalo.

Observa-se, assim, que os estudos efetivamente voltados ao ensino bilíngue constituem uma minoria, embora se destaquem pela densidade analítica e pela capacidade de apontar caminhos concretos para o fortalecimento da educação de Surdos no Brasil.

As contribuições desta pesquisa são múltiplas. No campo teórico, ela sistematiza, de forma inédita, a produção científica de uma década, permitindo visualizar como o bilinguismo tem sido debatido e quais tensões o atravessam. Evidencia, ainda, a necessidade de uma abordagem mais consistente quanto ao desenvolvimento linguístico em L1 e L2, à elaboração de metodologias bilíngues e ao fortalecimento de políticas linguísticas coerentes com as demandas da

comunidade surda. Por outro lado, no campo prático, a pesquisa oferece subsídios para reflexões sobre formação docente, planejamento curricular, produção de materiais em Libras e práticas de avaliação bilíngue, indicando caminhos que podem contribuir para a implementação efetiva das escolas bilíngues, conforme previsto na legislação recente.

A partir disto, encerrando este capítulo, reafirmamos que os resultados desta pesquisa evidenciam tanto os avanços quanto os desafios que ainda permeiam a educação bilíngue de Surdos no Brasil. Ao mesmo tempo em que revelam uma produção acadêmica comprometida com o direito linguístico, cultural e identitário da pessoa Surda, também denunciam a persistência de práticas ouvintistas, políticas frágeis e ausência de condições que permitam a consolidação de um ensino verdadeiramente bilíngue.

Como em toda pesquisa que se debruça sobre realidades em transformação, esta investigação não encerra o debate, mas o amplia, convidando você a refletir sobre o futuro desse campo. E, assim, deixamos a última pergunta que encaminha para novos horizontes e provoca o pensamento crítico: **o que o futuro reserva para a educação bilíngue de Surdos?**

A resposta ainda não está pronta, nem tão pouco perto de ser elucidada, mas certamente começa com o compromisso ético de continuar “ouvindo com olhos”, aprendendo e construindo, junto com a comunidade Surda, os caminhos possíveis para uma educação verdadeiramente bilíngue, visual, equitativa e humana.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva Afonso. **Direitos linguísticos e língua de sinais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARBOSA, Carolina Pereira da Silva. **Políticas inclusivas e a formação do Tradutor Intérprete de Libras (TILS) no ensino superior**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

BARBOSA, Luciana Pereira. **Pessoas surdas em uma escola regular de ensino fundamental: acesso e inclusão.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial da União,** Brasília, 2 set. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Institui a educação bilíngue de surdos no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2022. Altera a LDB para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 ago. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14191.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marco Referencial de Equidade na Educação: Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.** Brasília: MEC/SECADI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/politicas-educacao-bilingue-de-surdos.pdf. Acesso em: 22 nov. 2025.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Educação de surdos: contribuições para uma prática bilíngue.** São Paulo: Autêntica, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2008.

DORZIAT, Ana. **Educação de surdos: discursos, práticas e políticas**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FERNANDES, Fernanda Kelly da Silva. **A política bilíngue e as práticas docentes para aquisição das línguas do surdo no Ensino Fundamental I.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação profissional e inclusão: desafios e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HENRIQUE, André. **Escola Cidadã Integral na Paraíba: fundamentos e desafios.** João Pessoa: SEECT, 2020.

JANNUZZI, Gilberta Mesquita. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães**. Inclusão e educação especial: políticas e práticas.** Campinas: Autores Associados, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de**. Educação bilíngue para surdos: caminhos e desafios.** São Paulo: Plexus, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; MANTELLATTO, Ana Paula. O desenvolvimento da linguagem da criança surda. In: LODI, Ana Claudia B.; LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Silvana F. dos (org**.). Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 73–90.

LEITE, Marcos**. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e o modelo ECI.** Recife: ICE, 2019.

LODI, Ana Claudia B. Educação de surdos: a escrita como segunda língua. In: LODI, Ana Claudia B.; LACERDA, Cristina B. F. de (org.). **Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas.** Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 17–34.

LODI, Ana Claudia B. **Letramento visual e letramento bilíngue**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MASUTTI, Marilda. **Formação e prática do intérprete educacional**. Florianópolis: UFSC, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Geovana Souza. **Inclusão de surdos e direitos linguísticos em um campus do IFPB**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

PAULO, Josefa Francisca da Silva. **Atuação docente com estudantes surdos nos anos iniciais.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.

PATERNO, Luciana. **Direitos linguísticos e educação bilíngue**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 85–102.

PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller de. Identidade surda e o valor da língua de sinais. In: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação bilíngue para surdos: política, práticas e formação docente.** Florianópolis: Arco, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Edilene Lopes. **“Apertem os cintos...”: representações sobre surdos em piadas do YouTube. 2022.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2022.

REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira. Escola Bilíngue de Surdos: comunidade linguística ou segregada? **Revista Espaço**, INES, n. 57, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ines/pt-br/composicao/revista-espaco/revista-espaco-n-57. Acesso em: 22 set. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem*,*** v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007.

SANCHES, Suely Ferreira. Políticas linguísticas para a educação de surdos no Brasil. In: REZENDE, C.; DUARTE, L. R. (org.). **Políticas de educação de surdos no Brasil*.*** Curitiba: CRV, 2022. p. 59–78.

SANTOS, Cleide Pereira dos***.*** **Formação do TILS no ensino superior**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico*.*** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Políticas educacionais: análise crítica*.*** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: uma crítica ao ouvintismo**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SLOMSKI, Vera Godoy. **Educação de surdos na perspectiva sociocultural*.*** Curitiba: IBPEX, 2010.

SOUSA E LIMA, Rosângela Cristina. **Ensino superior e pessoas surdas: o bilinguismo no curso de Letras Libras da UFCG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

SOUZA, Antonia Luana Demetrio. **Escola Cidadã Integral de Audiocomunicação: educação bilíngue para surdos?** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, 2023.

SOUZA, Ingryd Pereira. **Formação e prática de um professor de Matemática no contexto da educação de surdos*.*** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SOUZA, Wanderley Nunes da. **Estranhos no ninho: isolamento comunicacional de estudantes surdos*.*** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.

STOKOE, William C. **Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf.** Buffalo: University of Buffalo, 1960.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

SVARTHOLM, Karin. 35 anos de educação bilíngue de surdos – e então? In: LODI, Ana Claudia B.; LACERDA, Cristina B. F. de (org.). **Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 33–48.

VALÉRIA, Barbosa Guedes. **Escola de Surdos no município de Gado Bravo-PB (1999–2002).** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, 2024.